

RESENHA

REDUZZI MEROLA, F. “Servo parere”. Studi sulla condizione giuridica degli schiavi vicari e dei sottoposti a schiavi nelle sperienze greca e romana. Pubblicazioni della Facoltà di Giurisprudenza della Università di Camerino. Napoli: Jovene, 1990, 305 p.

*Maricé Martins Magalhães**

Não obstante este trabalho tenha sido publicado no anos 1990, até hoje é manual de valor inestimável e não somente para os adeptos de Direito Romano, como também insubstituível para alunos e professores dos cursos de História Grega e Romana. A brilhante autora, docente no Departamento de Direito Romano e História da Ciência Romanística “F. De Martino” (*Università degli Studi di Napoli “Federico II”*), também tem trabalhado com afinco junto ao GIREA – *Groupe International de Recherches sur l’Esclavage Ancien*, e deve a sua produção científica e intelectual ao célebre Prof. Luigi Labruna, da mesma Instituição.

O volume trata, de maneira geral, de um aspecto difícil e inusitado dentro da experiência em escravidão grega e romana, que é o de escravos ou servos, denominados, em Latim, *vicarii*, que eram efetivamente “escravos de escravos”, ou indivíduos submetidos a outros escravos. A sua primeira parte é dedicada ao Direito Grego, que nos deixou poucas, mas significativas fontes, e fala dos servidos e ajudantes de escravos privilegiados, com suas atestações desde o mundo Micênico até o IV século a.C.

No capítulo II, a estudiosa inicia sua pesquisa com Roma e as fontes histórico-literárias que mencionam a *Familia* servil, rústica e urbana, e dos

* Pesquisadora da Faperj junto ao Departamento de Numismática do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro.

primeiros *servi vicarii* ou *peculiares*, submetidos ao escravo denominado *ordinarius* (hierarquicamente superior), como aparecem em Plauto, Catão e Cícero. Logo depois (capítulo III), examina as fontes de Sérvio a Labeão, que discutem o problema da avaliação do *peculium* do escravo. A partir das opiniões de Fábio Mela, Massúrio Sabino, Cássio e Célio Sabino, a autora analisa casos como o de um escravo que, com o próprio pecúlio, compra outro escravo (*fur*) e o do *vicarius fugitivus*. Digno de nota é o monumental e riquíssimo capítulo V, dedicado aos testemunhos de servos vicários nas fontes documentais epigráficas, desde a época Júlio-Cláudia até a primeira metade do II séc. d.C.: registros de créditos para vicários de escravos imperiais e particulares, os vicários nas inscrições do *Monumentum Statoriorum* e do *columbarium* dos *Volusii Saturnini*. A *Familia Caesaris* e relações de amizade entre escravos, vicários e libertos de outras famílias, vicários de “escravos públicos” (*servi publici*), uniões entre vicários e liberas em famílias imperiais e privadas. Muito interessante para os nossos conhecimentos é uma análise paralela de alguns trechos da *Cena Trimalchionis* do *Satyricon* de Petrónio, exemplificada pelas relações entre *ordinarii*, *vicarii* e *liberti* de uma mesma família. Enfim, dois apêndices com textos das epígrafes e as respectivas funções desses ordinários e vicários.

A obra se conclui com a jurisprudência da época de Adriano (capítulo VI), com testemunhos de Celso e Juliano: manumissão, locação de *operae* de um vicário, débitos e deduções do pecúlio de escravos pelos *domini*, o legado do *partus ancillae* e a discussão de vários casos particulares. São ainda apresentadas conclusões de âmbito jurídico e institucional, e preciosos índices das fontes epigráficas e jurídico-literárias utilizadas na obra, que trazem informações aprofundadas e detalhadas, fundamentais para o historiador moderno e apreciável para os estudiosos de Escravidão (também Comparada) de modo geral.